

A INTELIGÊNCIA NA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

Autor: Herbert Gonçalves Espuny

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto

As Atividades de Inteligência existem desde os tempos mais remotos: os chefes dos exércitos antigos enviavam espiões disfarçados às localidades que estavam prestes a invadir, para observarem detalhes e descobrirem caminhos que facilitariam a tarefa. Tais atividades, com o passar do tempo, foram adquirindo importância, à medida que forneciam diferenciais estratégicos para os países e/ou organizações. As Atividades de Inteligência, no Brasil, estão divididas em várias vertentes: a da Inteligência de Estado, protagonizada pela ABIN; a Inteligência de Defesa, cujo órgão principal é o Ministério da Defesa; a Inteligência de Segurança Pública, cujo órgão central é a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. No âmbito estadual, o sistema de Inteligência de Segurança Pública está estabelecido, principalmente, nas polícias civil e militar. A primeira, conhecida como polícia repressiva, investigativa ou judiciária, é, em tese, responsável pela atuação depois de o crime ocorrer; já a segunda, também conhecida como polícia preventiva, responsável pelo patrulhamento ostensivo, é responsável pela atuação antes de o crime ocorrer. A instituição policial civil tem uma rede de Inteligência implantada em todo o Estado. As ferramentas utilizadas nesta rede é o objetivo da pesquisa. A pesquisa é exploratória, haja vista a falta de qualquer referência nesta área. Foi desenvolvido um *survey*, que ouvirá um policial de cada uma das UIPs e dos CIPs, unidades de inteligência policial-civil da cidade de São Paulo.